



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

Rua Gabriel Vandoni de Barros, s/n - Cx. P. 371 - Fone (067) 231-6770

**LEI COMPLEMENTAR
PROCESSO
APROVADA**

**N.º 040/2000.
N.º 026/2000.
EM: 28/6/2000.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER
ISENÇÃO DO IPTU AOS IMÓVEIS QUE FORAM
ABRANGIDOS PELO DECRETO MUNICIPAL
N.º281/97, e dá outras providências.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, **APROVA A SEGUINTE LEI:**

Artigo 1.º - Fica o Poder Executivo, autorizado a conceder isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU -, aos imóveis que foram declarados de “Utilidade Pública” pelo Decreto Municipal n.º 281/97.

Parágrafo 1.º - Os referidos imóveis poderão ser beneficiados a partir do ano fiscal posterior ao ano de publicação do referido Decreto Lei.

Parágrafo 2.º - Os contribuintes dos referidos imóveis que já pagaram o IPTU dos anos fiscais previsto no parágrafo 1.º, poderão ser ressarcidos das importâncias pagas, devidamente corrigidas, pela Prefeitura Municipal de Corumbá.

Artigo 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 28 DE JUNHO DE 2000.


**Alberto de Medeiros Guimarães
Presidente**